



# vento sul

## Mulheres da Ilha da Pintada fazem arte com escamas de peixe



Jóias delicadas e originais, produzidas com escamas de peixe e prata, por um grupo de artesãs da Ilha da Pintada, prometem se transformar num produto de sucesso internacional. **Páginas 8 e 9**

### Orçamento Participativo perde espaço na Prefeitura de Porto Alegre

O que estava bom, ficou ruim. E o que já era ruim, tornou-se ainda pior. **Páginas 14 e 15**

### Fundos Solidários

Movimento popular, entidades da sociedade civil e governo federal estão debatendo a criação de Fundos Solidários Não Retornáveis. **Página 3**

### Jogar jovens na cadeia de adultos não resolve a violência

A morte brutal de um menino no Rio de Janeiro trouxe de volta a discussão sobre a redução da maioridade penal e a mídia em vez de descrever a situação e

problematizá-la apela para a emoção e o sensacionalismo e o resultado quase sempre é de conotação fascista. **Página 13**

### Quebec e Cuba, Duas Américas

A educadora Daniela Zílio, do CAMP teve a oportunidade de ter experiências diferentes nas duas Américas. Num breve período de tempo realizou duas viagens e teve a oportunidade de vivenciar formas de desenvolvimento local em Montreal e Havana. **Páginas 6 e 7**

### Camp 24 anos

Criado para apoiar a construção de instrumentos de organização dos trabalhadores urbanos e rurais e auxiliar na qualificação das suas lutas e na capacitação das suas lideranças, o CAMP comemora junto com vocês mais um ano de boa luta. **Página 12**

### Atraso e distorções prejudicam gestão ambiental do Rio Grande

Espantados ficamos conhecendo o relatório da ONU que trata do aquecimento global. Mas se o problema é mundial e as questões ecológicas pre-

cisam ser tratadas localmente o nosso estado que já foi vanguarda na questão ambiental, hoje está totalmente atrasado. **Páginas 4 e 5**

Como acreditar que o ser humano pudesse ameaçar algo tão gigantesco e imponente como a terra? O maior encontro de cientistas sobre mudanças climáticas chegou a uma conclusão: o planeta ficará irreconhecível nas próximas décadas. De acordo com o mais importante estudo já realizado sobre o aquecimento global, um painel formado pelos mais respeitados especialistas em clima, conclamados pelas Nações Unidas, declarou que não há mais dúvidas: nosso planeta está esquentando. Os termômetros deverão subir entre 2 e 4,5 graus até o fim deste século. E o nível do mar poderá subir entre 18 e 59 centímetros.

Assim nós, humanos que já somos responsáveis pelas desigualdades sociais teremos na nossa conta também à fome, sede, inundações, furacões e extinções de espécies. Para evitar as piores consequências das mudanças climáticas teremos de mudar profundamente nosso estilo de vida, mas se o problema é mundial, as questões ecológicas precisam ser enfrentadas localmente. E nisso o Rio Grande do Sul está totalmente atrasado. Se o Estado um dia já foi vanguarda na questão ambiental hoje estamos quase no fim da fila.

No fundo é falso o debate que o opõe desenvolvimento e meio ambiente – muito comum aqui no Rio Grande. A questão ambiental é de todos nós, e não está separada de cada um no seu dia-a-dia, no ar que respiramos, na água que consumimos, na comida que ingerimos, no lixo que produzimos em tudo. Certamente a questão do meio ambiente poderia ser encaminhada com mais benefícios para a humanidade com mais democracia e participação popular.

Enquanto um debate mais amplo e uma maior participação popular poderiam ajudar a resolver grandes questões como o meio ambiente, por exemplo - o Orçamento Participativo de Porto Alegre – reconhecido mundialmente também está ameaçado de continuidade. A atual administração da cidade está tentando asfixiar aquele que é – até o momento – uma das mais importantes demonstrações da vontade da maioria e da participação popular.

Falamos também da importância do desenvolvimento local sustentável – numa ação de um grupo de mulheres - num bonito espaço da cidade que é o arquipélago das ilhas que cercam nossa cidade. Fundos Rotativos Solidários Reforma Política, Criança e Menor Idade Penal e uma bela experiência vivenciada em Quebec e Cuba fazem parte do nosso Vento Sul de março.

Boa leitura.

## Mulheres da Via Campesina celebram dia da mulher ocupando áreas no Estado

Cerca de 200 mulheres da Via Campesina ocuparam na último dia 8 de março, dia internacional da mulher, quatro áreas de plantação de eucaliptos no estado. Nas ocupações participaram 1300 mulheres, todas assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Além da área da Stora Enso em São Francisco, elas entraram em Canguçu, numa área da Votorantim; em Livramento, outra plantação da Stora Enso e em Eldorado do Sul, numa plantação da Boise Cascade.

No município de São Francisco de Assis. Elas entraram na fazenda, a 15 quilômetros da cidade pela RS-377, às cinco horas da manhã e saíram depois do almoço para participarem do enterro do bispo Dom Ivo Lorscheister em Santa Maria.

Conforme a dirigente da Via Campesina Teresinha da Rosa, “esta foi a forma que encontramos de protestar contra o agro-negócio que desta forma inviabiliza a reforma agrária na Metade Sul, ao mesmo tempo em que degrada o meio ambiente e compromete os mananciais de água, que garantirão a vida das gerações futuras”.

Estas empresas já compraram 400 mil hectares na Metade Sul do Rio Grande do Sul e pretende alcançar a meta de um milhão de hectares de monoculturas florestais na região. Logo em seguida começarão a construção de fábricas de celulose que servirão “para dar alguns empregos, mas, principalmente, farão alterações ambientais severas nas nascentes de água e nos rios da região”.

A dirigente reclamou ainda da ação da Brigada Militar do governo Yeda Crusius, que não cumpriu acordos de desocupação e

revistou as mulheres tomando-lhes facas de mesa “para criminalizar o nosso protesto”, concluiu ela lembrando que a governadora também é uma mulher e o 8 de março é um dia de lutas e não de frivolidades.

## Fórum sul e a CPI das Ongs

“É com grande apreensão que estamos acompanhando o desenrolar da criação da denominada CPI das ONGs pelo Senado Federal. A apreensão se justifica porque, primeiro a imprensa noticia diariamente que a oposição ao atual governo busca de todas as formas abrir uma trincheira para desgastar e se possível emparedar o governo Lula, segundo porque a legislação nacional não distingue entidades tão dispareas como uma associação filantrópica mantenedora de uma grande universidade que possui mais de 25 mil alunos pagantes, de outra criada por políticos que servem de fachada para negócios escusos ou ainda de uma outra que funciona com base no voluntariado e que acompanha pessoas portadoras do vírus HIV. Tudo no mesmo saco serve para manchar o nome de instituições sérias que trabalham e muito para o desenvolvimento social e político do Brasil”, esta é a síntese da manifestação que Mauri Cruz, diretor da Abong, Associação Brasileira de Ongs, faz com relação à criação da CPI das Ongs pelo Senado Federal.

No documento emitido pela Abong, fica a preocupação de que o foco da CPI não será analisar o universo de todas as entidades que acessam recursos públicos, mas sim, aquelas que realizam ações de educação e cidadania, que buscam contribuir para a organização da sociedade brasileira e, principalmente, para o empoderamento do povo no cotidiano processo de lutas por seus direitos.

**Vento Sul** é uma publicação bimestral do Camp  
Centro de Assessoria Multiprofissional - março de 2007 - nº 13  
Jornalista Responsável: Guaracy Cunha - Reg.Mtb/RS 4140  
Repórteres: José Antônio Silva, Délia Porto, Maurício Farias, Wálmaro Paz  
Diagramação: Agência de Arte - agenciadearte@terra.com.br  
Fotos: Ana Arigoni, Leandro Marques, Ayrton Centeno, Padre Martinho Lenz, Daniela Zílio, Beto Fagundes e Ivo Gonçalves/PMPA  
Tiragem: 2 mil exemplares  
Endereço: Praça Parobé, 130, 9º andar - Centro  
Cep: 90030-170 - Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone/fax: (51) 3212.6511  
camp@camp.org.br - www.camp.org.br

**Direção do Camp**  
Presidente: Lauro Wagner Magnago  
Vice-presidente: Domingos Armani  
Secretária: Luciane Schommer  
Tesoureiro: Celso Stefanoski

**Coordenação**  
Mauri Cruz  
Helena Bins Ely  
José Inácio Konzen  
Guaracy Cunha

**Educadores Populares**  
Leonardo Toss, Márcia Falcão, Daniela Zílio, Rosimar Matos, Beatriz Hellwig e João Maurício Farias

**Equipe de Projetos**  
Luíza Schafer e Suzana Guatimozin

**Apoio Administrativo**  
Jorge León  
Ana Arigoni  
Sofia de Castro Souto  
Vanessa Rauter

**Voluntários**  
Carmen Petry  
Cindy Oilet

## o investimento social

# Fundos Solidários

Uma das mais importantes alternativas para a emancipação econômica de comunidades pobres é os Fundos Rotativos Solidários, que funcionam como uma espécie de poupança coletiva e comunitária. Pensando no aprimoramento e na expansão dos fundos, os participantes do Seminário Nacional sobre Fundos Solidários, realizado em Brasília de 6 a 8 de fevereiro, apresentaram as seguintes propostas ao governo federal: a criação de um fundo nacional cujos recursos destinados devem ser de caráter não-reembolsáveis pela fonte financeira de origem; gestão compartilhada entre governo e sociedade civil organizada; o público alvo deve ser os beneficiários dos programas de transferência de renda do Governo Federal, os resgatados do trabalho escravo e safristas (trabalhadores temporários do campo), entre outros; e a criação de um grupo de trabalho com a participação de gestores públicos e movimentos sociais para ser um canal permanente de diálogo sobre os fundos.

Os Fundos Rotativos Solidários funcionam como uma espécie de poupança comunitária. Os recursos são aplicados em obras de infra-estrutura e projetos de geração de trabalho, renda e inclusão social na própria comunidade. "No Brasil temos um estado de pobreza histórico que vai diminuindo os sonhos da população carente, por isso os fundos têm uma importância

fundamental para quebrar esta cadeia", disse o ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social, MDS.

## Fundo de sucesso

É senso comum que todo esforço é válido para que, por exemplo, uma criança aprenda a ler, uma vida seja salva, um detento seja recuperado. Imagine quando esse esforço eleva a auto-estima e traz dignidade a 180 famílias. Este é o exemplo de sucesso da Casa de Sementes Solidárias, no Ceará.

O empreendimento, que começou a funcionar com recursos de um fundo solidário que teve investimento do Banco do Nordeste do Brasil, tem por objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional de comunidades na região do Semi-Árido nordestino. A Casa funciona da seguinte forma: quem precisa de sementes para o plantio vai até o local e faz a roça. Depois da colheita, o que for excedente pode ser comercializado.

José Vasconcelos, representante da Casa de Sementes Solidárias e que esteve presente ao seminário, afirma que a agricultura familiar é o que deve ser destacado na construção da Casa e não o lucro. Segundo ele, as sementes são "crioulas", isto é, são da região do Semi-Árido mesmo, próprias para enfrentar os longos períodos de estiagem da região e pragas.

Vasconcelos também contou que a Casa trouxe dignidade para

as 18 comunidades atendidas pela ação. "A previdência social antigamente não atendia os agricultores que queriam se aposentar ou as mulheres que necessitavam do auxílio-maternidade, pela falta de documentos como a comprovação de renda, tempo de serviço ou contribuição. Isto mudou com a construção da Casa. Agora o INSS aceita a documentação da Casa, pois todos os beneficiados têm a sua ficha comprovando que estão em situação regular com as obrigações", disse Vasconcelos. Mais um objetivo alcançado pela Casa, cidadania.

A construção de 175 mil cisternas no semi-árido também é um

exemplo de Fundo Solidário que está dando certo.

O Seminário Nacional sobre Fundos Rotativos Solidários teve o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Economia Solidária, Senaes, da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) - rede de entidades da sociedade civil; do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, do Banco do Nordeste do Brasil, BNB, do Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome e do Camp - Centro de Educação Popular.



## Fundo de Mini Projetos da Região Sul

Enfrentar o desemprego, reforçar a solidariedade, combater a exclusão esses são os desafios do Fundo de Mini Projetos da região Sul que repassou recursos para mais de 700 experiências de geração de trabalho e renda no Sul do Brasil nos últimos 15 anos.

O Fundo de Mini Projetos da região Sul (FMPSUL) abriu novas perspectivas de vida e trabalho para milhares de trabalhadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Unidos em empreendimentos solidários, gaúchos, catarinenses e paranaen-

ses tiveram no Fundo um parceiro sempre presente.

### A instituição

O Fundo de Mini Projetos surgiu em 1992, no Rio Grande do Sul, expandindo-se, dois anos depois, para os demais estados do sul. O público alvo do Fundo são agricultores familiares, recicladores urbanos, índios, desempregados, artesãos, sem-teto, atingidos por barragens e outros. Os valores financiados podem ser de R\$ 1 mil a R\$ 8 mil com prazo de carência de um ano e modalidades de devolução e retorno adequadas às condições de cada grupo.

### Os parceiros

As agências internacionais que apoiaram o Fundo de Miniprojetos nesses últimos anos foram a Christian Aid, da Inglaterra, a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e a Solidaridad, ambas da Holanda, e a Pão para o Mundo, da Alemanha. No Brasil, o Conselho do Fundo é formado pelo Centro de Educação Popular (Camp), Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), Ação Social Arquidiocesana (ASA),

Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) e o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Também integram o conselho o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Movimento Nacional dos Catadores e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. E ainda as seguintes organizações: ADS-CUT/SC, CPT, Avesol, MPA, IEEP, MNLM, CEAP, MAB, Fetraf/Sul, MRI, CEPO, MNCMR, MTD, CNBB e o Fórum Metropolitano e Conselho Estadual de Economia Solidária.

# Atraso e distorções prejudicam gestão ambiental do Rio Grande

Espantado frente à TV, o mundo assistiu o relatório recente da ONU, preparado por 2.500 cientistas, alertando para os riscos do aquecimento global. Ficamos sabendo que o futuro já chegou – e em termos ambientais é altamente ameaçador. Mas se o problema é mundial, as questões ecológicas também precisam ser enfrentadas localmente. “Neste sentido, podemos dizer que o Rio Grande do Sul está totalmente atrasado”, denuncia o professor Jefferson Cardia Simões, do Departamento de Geografia da Ufrgs. Coordenador do Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas, ele é o primeiro glaciologista brasileiro. “Até hoje, não temos estudos abrangentes sobre as mudanças climáticas que vêm ocorrendo, e nem sobre suas conseqüências para o meio ambiente do Estado e para a população gaúcha”.

Citando os casos de Paraná e Santa Catarina, que possuem núcleos estaduais de ponta em climatologia, Simões diz que no Rio Grande a Fepagro e o 8º Distrito de Meteorologia fazem o que podem, mas sempre lutando com poucos recursos. “Não existe, por parte do Estado do Rio Grande, nenhuma política conseqüente sendo desenvolvida para estudar e enfrentar as mudanças climáticas, embora em outras regiões e em nível federal estes temas mereçam grande atenção, como a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ou o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas”.

## Comunidades litorâneas

Sobre o que vem acontecendo com o planeta, o glaciologista informa que, com o aquecimento do planeta, as geleiras situadas na periferia dos pólos estão derretendo, provocando aumento do nível do mar em até 60 centímetros, no decorrer deste século, o que pode trazer problemas diretos às comunidades do litoral gaúcho. Aqui no Rio Grande, também, os climatologistas já sabem que houve um aumento na média das temperaturas: “Nossas manhãs estão cada vez mais quentes”, resume o cientista. “As evidências de modificações vêm se acumulando, como a passagem do Catalina, há poucos



anos, que teria sido o primeiro furacão a formar-se no sul do Brasil. Nada disso, no entanto, motivou as autoridades gaúchas a investirem concretamente no estudo desses fenômenos e em suas conseqüências sociais e econômicas para o Estado”, reclama Jefferson Simões.

O fato é que o Rio Grande, referência histórica na luta ambientalista brasileira através de nomes como os pioneiros Henrique Roessler (já nos anos 40 do século passado) e José Lutzemberger, hoje está na retaguarda do processo, no que toca à ação dos seus administradores. “Estamos vivendo uma inversão”, afiança o geólogo e ambientalista Sérgio Cardoso, membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente e presidente do Corede Delta do Jacuí. “Em 1994 a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) tinha cerca de 600 funcionários. Hoje, quando todos os problemas ambientais se agravaram, ela conta com menos de 200”, afirma.

“E mais ainda: nos últimos quatro anos tivemos quatro secretários de meio ambiente, um por ano, o que demonstra falta de uma política com continuidade”, lembra ele. Cardoso diz que no governo de Olívio Dutra

houve uma maior atenção à questão, com a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, já que a Fepam ocupava-se mais de processos de licenciamento e não com a criação e implantação de políticas para o setor.

Mas 1994 também foi o ano em que criaram-se duas leis de grande importância para o equilíbrio ecológico do estado: uma que criou o Sistema Estadual de Meio Ambiente, e outra instituindo o Sistema de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Hoje, quando o estado e o país são sacudidos pela notícia da mortandade de 86 toneladas de peixes no Rio dos Sinos há poucos meses, lamenta-se que nenhum dos planos de manejo das 24 bacias hidrográficas do Rio Grande – de responsabilidade do governo estadual – tenham sido implantadas.

“É nítido que tratar dos nossos rios ainda não é uma prioridade dos governos”, lamenta Sérgio Cardoso. Assim, mananciais importantes como o Sinos e o Gravataí – que banham cerca de 50 municípios de elevada população na Região Metropolitana de Porto Alegre – seguem recebendo, em troca, grandes descargas de dejetos químicos

e industriais, esgotos domésticos, agrotóxicos, entre outras formas de poluição, além de represamentos e barragens irregulares e o uso abusivo por indústrias e para irrigação de lavouras, especialmente de arroz.

## Mortandade dos peixes

No caso da mortandade de peixes no Sinos, apenas uma empresa – a Utresa, que deveria fazer o tratamento do lixo tóxico na região – foi denunciada por 17 crimes ambientais. Outras seis ganharam na justiça, por liminar, o direito de não terem seus nomes divulgados. O diretor da Utresa, Luiz Rupenthal, segue foragido. “É impressionante observar que nenhuma empresa foi fechada para regularizar a situação, como prevê a lei diante de situações graves”, nota o doutor em Ecologia da Paisagem e professor do Instituto de Geociências da Ufrgs, Rualdo Menegat.

Não é só isso: com a experiência de quem trabalha há muito na área e já foi diretor-técnico da Fundação Municipal de Meio Ambiente (Fmma) de Gravataí, Sérgio Cardoso revela que “essas multas em geral não chegam a ser pagas

## o meio ambiente

pelas empresas". Segundo ele, as indústrias costumam recorrer em todos os escalões, culminando com o Conselho Estadual de Meio Ambiente, que na maioria dos casos perdoa a multa. Ou seja, não é difícil entender porque o pouco caso com os cuidados ambientais ainda viceja no território riograndense.

Até agora, as conseqüências negativas mais visíveis do episódio – além da podridão das águas do rio – foram a demissão do diretor da Fepam (nomeado no início do ano pela nova governadora, Yeda Crusius), Renato Breuing, e de seu diretor-técnico, Jackson Muller. Ambos se viram envolvidos numa troca de acusações, a partir da denúncia de que Breuing já havia trabalhado como consultor, para a mesmíssima Utresa, multada por Muller.

Arno Kayser, ecologista do Movimento Roessler, de Novo Hamburgo, afirma: "A praga de mosquitos que se abate pelo vale do rio dos Sinos pode ser um efeito retardado da morte dos peixes ocorrida na região. Como morreram milhares de peixes antes do período de desova nos banhados estamos com um grande déficit de formas jovens de peixes nestes ambientes para controlar as populações de insetos. Com as chuvas e calor e o grande acúmulo de focos de lixo nas zonas urbanas os excedentes de mosquitos, não controlados nos banhados, estão invadindo a cidade em busca de sobrevivência. Como nos tempos bíblicos uma forma de alerta para os humanos

### Avanço das reflorestadoras

A falta de políticas claras de desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, no entanto, não se limita à questão fundamental das águas. O ritmo acelerado com que o atual governo vem tocando o projeto de três grandes empresas de florestamento no Rio Grande – em especial, na Metade Sul – parece desconhecer a complexidade do problema e a necessária discussão sobre todos os efeitos, inclusive os ambientais, que a imposição da silvicultura em enormes extensões pode causar.

Para a doutora em biogeografia e bióloga da Fepam, Luiza Chomenko, "a questão do cultivo de monoculturas, independente do que seja plantado, é sempre um risco". Ela aponta a ameaça ambiental à biodiversidade, e alerta que é necessário mais cuidado com o que se denomina "bioma pampa",

típico da Metade Sul, e a conclusão dos estudos necessários: "Quem trabalha com meio ambiente sabe que em dadas situações, após um certo impacto ser produzido, pode não haver remediação daquela situação".

Luiza Chomenko põe ênfase no conceito de desenvolvimento sustentável, que leva em conta as especificidades naturais, econômicas e culturais de cada região. "Os ditos modelos 'globais' não são sustentáveis, e poderão ser em breve um fator adverso à economia brasileira. Uma das grandes moedas de troca no planeta vem sendo a questão ambiental, e o Brasil não tem o direito de desperdiçar imensas reservas de recursos naturais sem pensar no amanhã".

Quanto aos três grandes projetos de reflorestamento – alardeados como geradores de 100 mil empregos, e representando investimentos de 4,4 bilhões de dólares -, tudo parece indicar que o trabalho sério dos técnicos da Fepam sofre a pressão econômica das empresas, através do próprio governo. "A falta de políticas de desenvolvimento sólidas e de uma verdadeira política ambiental, faz com que cada governo encontre um mote para esta área", acredita o geógrafo Sérgio Cardoso. "No caso do atual governo, o mote é a silvicultura. Ela até poderá funcionar bem em algumas áreas, mas o

processo está errado, vindo de cima para baixo, como uma imposição à sociedade. Já se sabe que há restrições para esse cultivo em algumas das 45 unidades de planejamento já escolhidas pelas empresas – que não é possível partir para uma monocultura desse tipo em certos locais sem colocar em risco o meio ambiente".

No entender de Cardoso, não há exagero em dizer que a discussão ainda é dominada por uma visão puramente econômica. "Eles não valorizam corretamente a questão ambiental, mesmo com todos os sinais de decadência ecológica do planeta", adverte. E a própria alegação de que seriam criados 100 mil empregos na região não se sustenta: "É mais do que sabido que, após um período inicial de plantio, o manejo da floresta plantada gera um número mínimo de empregos", diz.

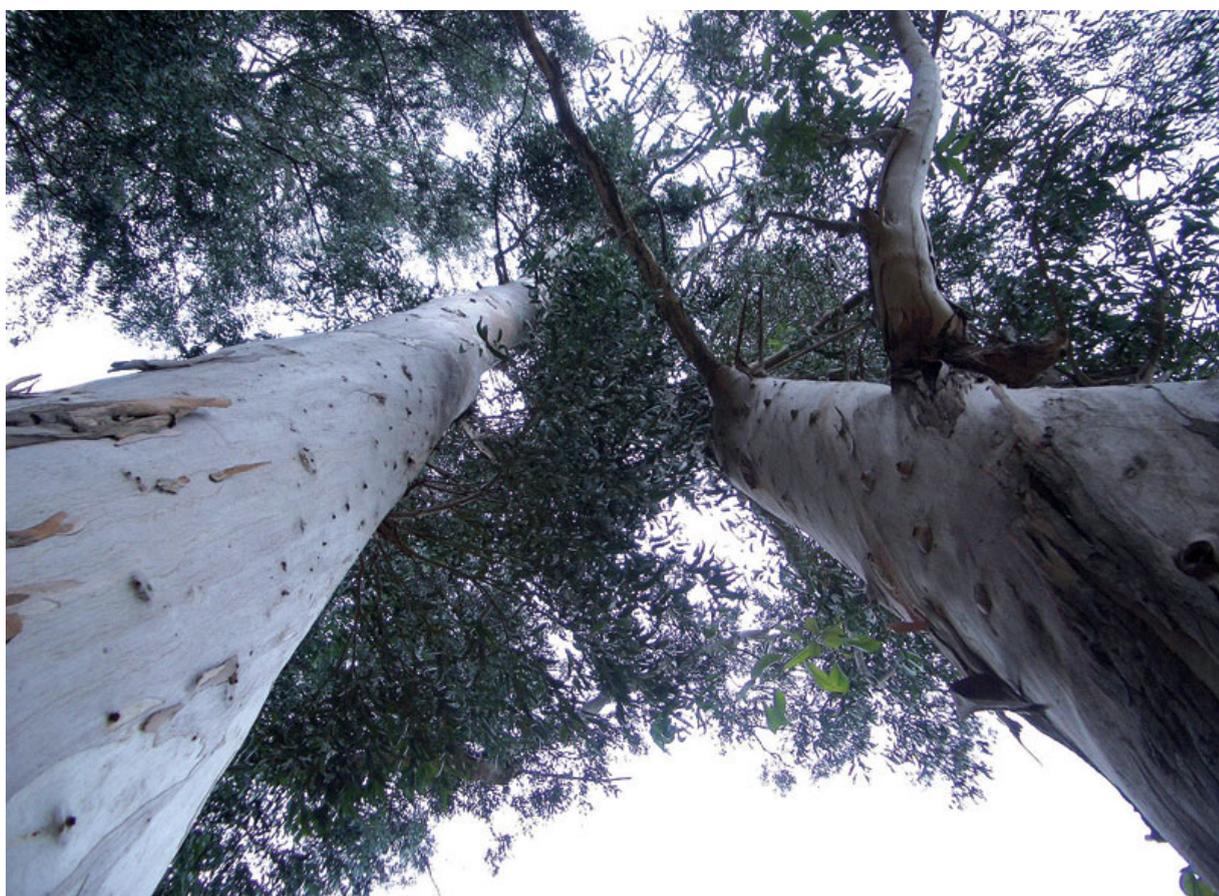
### Falso debate

No fundo, acredita Sérgio Cardoso, é falso o debate que opõe desenvolvimento e meio ambiente. "A questão ambiental é de todos nós, e não está separada de cada um no seu dia-a-dia, no ar que respiramos, na água que consumimos, na comida que ingerimos, no lixo que produzimos – em tudo".

Apesar dos problemas ambientais do Rio Grande exibirem na essência a falta de gerenciamento

melhor e mais equilibrado, Cardoso vê com otimismo os resultados da Lei de Saneamento, em nível federal, aprovada em 2006. "A questão ambiental bota em relevo o aspecto da regionalização, e esta lei diz que os municípios têm dois anos – ou seja, até 2008 – para criarem seus planos de saneamento, que por sua vez precisam ser integrados à bacia hidrográfica de suas regiões", explica. "O dinheiro é federal, mas para recebê-lo, os municípios precisarão se agilizar. Isso é um avanço porque reforça o conceito de regionalização, ao mesmo tempo em que acaba com a idéia do município como uma célula isolada do mundo".

Ainda sobre os recursos hídricos, ele também enxerga progressos no modo como os produtores rurais passam a encarar a questão. "Hoje a água é mais escassa, e muitos plantadores sabem que precisam se adaptar aos novos tempos, incluindo o uso de novas tecnologias na forma de plantar arroz, utilizando menos água". E ainda mais: o presidente do Core-des, Delta do Jacuí, acredita que a utilização dos recursos hídricos pela agricultura e pela indústria deverão ser pagas: "Hoje eles não pagam nada aqui no estado, mas em São Paulo a cobrança já está sendo feita, e é correta, pois os recursos hídricos têm valor econômico e precisam ter retorno para a sociedade".



# Quebec e Cuba, Duas Américas

Em junho de 2006 começaram as aulas de francês e as preparações para a viagem realizada em 29 de setembro ao Quebec, única província francesa do Canadá. A proposta era realizar um estágio de 75 dias em Montreal (cidade da província do Quebec) para participar do Programa "Québec sem Fronteiras", criado pelo governo quebequense com a finalidade de proporcionar uma experiência de estágio em iniciação à cooperação internacional, mas também de conhecer mais sobre o país, sua cultura, seus costumes, sua história.

Cheguei a Montreal no início do outono, quando a paisagem recebe um colorido todo especial, as árvores com folhas em tons avermelhados parecem saídas de uma pintura. Longe de casa, num país estranho, falando uma língua que não era a minha, fui acolhida por uma família formada pela união de uma quebequense com um peruano e seus dois filhos.

A organização escolhida para realizar o trabalho foi a RESO (Reagrupamento Econômico e Social do Sudoeste de Montreal), financiada pelo governo quebequense voltada para a revitalização dos bairros do Saint-Henri, Petite-Bourgogne, Pointe Saint-Charles, Ville-Émard, Côte Saint-Paul et Griffintown.

Estranhei a frieza com que fui recebida, lembrei da nossa hospitalidade gaudéria, logo oferecendo um chimarrão e um forte abraço para quebrar a frieza do momento, mas com o passar do tempo, percebi que este distanciamento é um traço cultural forte que com o passar dos dias foi se modificando positivamente.

Para entender o trabalho da RESO, precisei conhecer um pouco da história da comunidade na qual ela estava inserida, pois o Sudoeste de Montreal foi, até meados do século XX, o berço do desenvolvimento do Canadá, por ser uma região industrial estratégica em razão da passagem do Canal de Lachine, que era o principal meio de transporte de mercadorias para o centro do país. Entretanto, a partir do fechamento do canal em 1965 a região perdeu (ao longo de 30 anos) 13 mil empregos, gerando uma queda significativa no índice populacional. Hoje, com uma população de

66 mil pessoas (eram 100 mil em 1950), o Sudoeste conta com uma alta taxa de desemprego (11,4%, comparativamente a 9,2% em Montreal) e baixa escolarização (20% da população com mais de 20 anos tem menos que o 9º ano de escolaridade). Outra característica da região é o grande número de imigrantes, que representam 18,6% da população do Sudoeste.

Com esta situação de desemprego, baixa escolaridade e alto



índice de imigrantes, os atores sociais do local se organizam para revitalizar a região e frear a deterioração das condições de vida da população do Sudoeste. Desta forma criam a primeira experiência de desenvolvimento econômico e comunitário em meio urbano com o objetivo de intervenção social para ajudar as pessoas a se reinserirem no mercado de trabalho.

A RESO nasceu em 1989 com o objetivo de criar serviços que apoiem o retorno dos cidadãos ao mercado de trabalho, através de orientação escolar e profissional e da assessoria para a consolidação e desenvolvimento de empresas. Suas ações vão desde ajuda na busca de emprego, estágios em empresas, formação profissional, formação geral, até o acompanhamento e formação para a constituição de empresas adaptadas às necessidades das pessoas que querem criar seu próprio emprego.

Possui um projeto experimental de desenvolvimento local através de um fundo de investimentos (RESO Investissements) onde faz

o gerenciamento de recursos públicos para o desenvolvimento de empresas que criam e mantêm empregos no bairro, instituindo novos instrumentos de desenvolvimento através do Fundo Local de Investimentos, Fundo de Economia Social e Fundo de Iniciativas Locais.

Sempre buscava estabelecer uma relação das atividades que participava com o meu trabalho no CAMP. Um exemplo são as em-

presas de economia social quebequenses que têm grande apoio financeiro do governo. Porém esta relação de Estado provedor não promove sua autonomia. A eficiência organizativa e financeira, os serviços impecáveis e produtos feitos com qualidade são a marca destas empresas. Visando sempre a capacitação dos desempregados com o objetivo de reinserilos no mercado de trabalho sem um questionamento quanto às relações excludentes do sistema capitalista.

## Reciclagem

Em Quebec, numa empresa de economia social na área da reciclagem, já na porta um cartaz chamava a atenção: "Contratamos pessoas sem experiência ou formação", deixando visível sua finalidade de inserir pessoas excluídas do mercado de trabalho. Começou como muitas associações de reciclagem daqui. Recolham o material reciclável do bairro, faziam a separação e vendiam. Porém ao fim de um ano de trabalho chegaram à conclusão de que isto não era viável do ponto de

vista econômico. Então foram até a prefeitura negociar um apoio financeiro, pedindo o mesmo que era gasto anteriormente com a coleta e incineração do material, mas receberam apenas a metade. Trabalharam mais seis meses e decidiram que ainda não dava, por isso pararam as atividades e fizeram um estudo para levantar soluções. Decidiram se especializar no ramo do papel, através da destruição de documentos confidenciais, coleta, separação e venda somente deste material. Hoje também capacitam pessoas sem experiência ou escolaridade, como dizia o cartaz na porta.

Já na cidade de Gatineau (cidade vizinha a Ottawa, a capital política do Canadá) visitei o Dépanneur Sylvestre, uma cooperativa com uma proposta completamente diferente de tudo que conhecia até então, combinando um restaurante com um brechó e um espaço para venda de produtos orgânicos, ecológicos, de produção local e do comércio justo.

As refeições não têm um preço estipulado, pedem apenas uma contribuição voluntária, mas também se pode ajudar a cozinhar e a lavar a louça. Utilizam o espaço para eventos culturais como apresentação de filmes alternativos, conferências, oficinas, mini mercado solidário, etc; sempre preocupados em formar e informar a população sobre a importância de se criar uma cultura solidária e cooperativa em relação ao consumo, às relações com as pessoas e ao meio ambiente.

## CUBA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Em fins de janeiro deste ano, fui a Cuba participar da Assembléia Intermediária do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina), onde se reuniram educadores de toda América Latina e Caribe para debater e refletir sobre os desafios da educação popular. Aproveitei a viagem para conhecer experiências cubanas de desenvolvimento local, visitando duas comunidades. Sempre quis ver como vive o povo cubano, conversar com a gente de lá para saber como se sentem por ser o único país não capitalista da terra. Claro que em dez dias era uma missão quase impossível, mas acredito que fui muito feliz e que foi a melhor viagem que já fiz até hoje.

Ficamos hospedados num centro de eventos do Hospital Ortopédico na cidade de La Lisa, longe do centro turístico de Hava-

## o intercâmbio

na. Percebemos muita precariedade nas condições de habitação, de transporte público, ao mesmo tempo em que no centro vimos ônibus novos, com ar condicionado, levando e trazendo turistas.

Esta dualidade é muito presente em Cuba: para os turistas existe muito luxo, nos hotéis, lojas e restaurantes, mas para o povo há uma série de restrições. Isto fica muito claro porque existem duas moedas circulantes, uma para turistas e outra para o povo. O CUC (peso convertível, disponível somente para o turista) foi criado na década de 90 durante a crise cubana (pela retirada dos subsídios da antiga União Soviética) quando a maior fonte de renda do país deixou de existir e o turismo tornou-se o principal gerador da economia nacional. Porém por conta do embargo econômico Cuba tem dificuldades em lidar com o consumismo desenfreado do turista em relação à desvalorização de sua moeda.

O salário mínimo é de cerca de 300 pesos cubanos, que equivale a mais ou menos 12 dólares por mês (a grande maioria dos médicos ganha em média 600 pesos cubanos), mas todos têm direito a uma cesta básica mensal distribuída pelo governo, que não chega a suprir todas as necessidades básicas, mas que complementa a renda. Conversamos sobre isso

com muitos cubanos e as opiniões me pareceram contraditórias. Alguns criticam a postura centralizadora do governo, outros se dizem satisfeitos.

Chamou-me a atenção a conversa que tivemos com um senhor de meia idade, que encontramos num fim de tarde de sábado, passeando com o filho e a nora. Perguntamos a ele, dentre outras coisas, se tinha o sonho de um dia ter um carro (artigo de luxo, os carros são cuidados com muito carinho e geralmente ficam na família de uma geração para outra) e ele respondeu-nos que não, porque como jamais teria condições de comprar, não tinha o sonho de ter. A princípio parecia muita resignação, conformismo com a situação, mas após refletir um pouco penso que jamais entenderemos o que realmente ele quis dizer com isto. Percebi que o sistema capitalista está tão incrustado dentro de nós que talvez não sejamos capazes de apreciar um passeio de fim de tarde com a família como a realização de nossos sonhos.

Sobre as experiências de desenvolvimento local, visitamos o Centro Memorial Dr. Martin Luther King Jr. (CMMLK), que nasceu em 1987 de um processo iniciado pela igreja batista do município de Marianao (região metropolitana de Havana), ONG macro-ecumênica

cujas missões é de acompanhar, atender e participar da sociedade cubana sem perder de vista os princípios socialistas.

O Centro busca a participação dos cidadãos de forma crítica e verdadeiramente participativa, pois o modelo socialista autoritário criou a cultura de participação apenas como presença física e não pela tomada de decisões.

Uma das comunidades que o centro acompanha é o bairro Pogolotti (13 mil habitantes), que possui um forte sentido de pertencimento, de identidade local. Com predominância negra, povo humilde, praticante da religião africana Abacua, foi um dos primeiros bairros operários da América Latina (fundado em 1911) e sempre teve a fama de ser um bairro marginalizado, mas ao andar pelas ruas do bairro percebemos sinais de novos investimentos para melhoria nas condições de vida.

Lá visitamos o TTIB Pogolotti (Talher de Transformação Integral do Bairro Pogolotti), uma instituição de desenvolvimento comunitário criada no final da década de 80 com o objetivo de contribuir com a reanimação social, cultural e material do bairro. O TTIB realiza formações para que a comunidade deixe de ser objeto e passe a ser sujeito na transformação da sociedade, reunindo os vários setores que trabalham no local

(saúde, cultura, educação, meio ambiente) criam instrumento de diagnóstico, visitando todas as famílias do bairro. Depois fazem oficinas com a comunidade para desenvolver o diagnóstico, questionar os resultados obtidos e pensar soluções coletivas para os problemas.

Visitamos também a casa comunitária do Conselho Popular (órgão de poder popular local, formado por 16 delegados, com a função principal de promover a participação popular em iniciativas de integração da comunidade) onde realizam atividades principalmente com idosos e possuem projetos de reflorestamento, melhoria da iluminação, das condições de habitação, de reciclagem, etc... Os idosos são incentivados a passarem a história da comunidade para os jovens, de forma que estes se apropriem de sua cultura e tenham sentido de pertencimento do bairro, sintam orgulho de viver lá.

Outra organização que visitamos no município de Playa (também na região metropolitana de Havana) foi o CIERIC (Centro de Intercâmbio e Referência - Iniciativa Comunitária), uma ONG que trabalha pelo desenvolvimento sócio-cultural apoiando iniciativas locais que contribuam para elevar a qualidade de vida, fortalecer a presença da arte e da cultura como base do desenvolvimento humano sustentável.

Sua principal atividade é a realização de um programa de formação de promotores culturais que resgata a história do país, da comunidade e como transversalidade pensa o desenvolvimento comunitário. Os participantes desta formação podem se inscrever em um concurso de projetos sócio-culturais, onde irão identificar os problemas da comunidade e apontar sua solução. O objetivo deste concurso não é de incentivar a competição, mas o aspecto educativo e de reflexão dos problemas da comunidade, mobilizando assim os atores locais para a solução dos próprios problemas.

Penso que a transformação da sociedade se dá num processo constante que acontece de forma permanente. Num sistema socialista a mudança não está acabada, mas se faz no cotidiano, assim também o desenvolvimento local deve ser encarado como um desafio permanente, em construção. Este é o grande desafio da educação popular: formar cidadãos críticos e conscientes na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.



# Mulheres da Ilha da Pintada fazem arte com escamas de peixe

Jóias delicadas e originais, produzidas com escamas de peixe e prata, por um grupo de artesãs da Ilha da Pintada, prometem se transformar num produto de sucesso internacional. São brincos, colares e gargantilhas que usam escamas beneficiados, recortados e tingidos com produtos naturais (ervas e flores), unidas por fios finos de prata 950. A coleção, preparada pelo grupo Art'Escama, formado por cerca de 20 moradoras da ilha, foi apresentada em desfile no dia 7 de março, no Armazém Gaúcho do Artesão, e atraiu a atenção de compradores locais. Amostras da produção já foram levadas aos Estados Unidos, Canadá, Itália e França. O trabalho das artesãs gaúchas também deverá ser apresentado na sede da ONU, levado por representante da Legião Brasileira da Boa Vontade. "Precisamos continuar a crescer com esse trabalho", diz Teresinha Carvalho da Silva, educadora popular e coordenadora do grupo.

O Art'Escama começou a nascer em 2001, com o apoio da Colônia de Pescadores Z 5 e verbas federais do FAT/ Fundo de Amparo ao Trabalhador, que permitiram a realização de um curso de artesanato para mulheres de pescadores da Ilha da Pintada. O uso das escamas – um rejeito destinado ao lixo – retomou a cultura dos moradores da ilha, vinculada à pesca e ao rio, além da tradição açoriana de trabalho artesanal, presente na formação da cultura portoalegrense. No ano passado, com a participação de uma rede de ongs e com verbas repassadas pela Secretaria Especial de Agricultura e Pesca/ Presidência da República o grupo começou a tomar forma, com a realização do curso "Design de jóias com o diferencial de escamas de peixe", pela designer Denise Rippel, que repassou técnicas de manipulação da prata e de desenho das peças. "Agora elas estão qualificadas para produzir jóias exclusivas e dar continuidade ao trabalho", diz a professora. Daqui para frente este grupo de mulheres precisa fortalecer a organização do seu trabalho coletivo para

conseguir atender os pedidos de novos compradores, afirma Beatriz Hellvig.

O artesanato fino com escamas de peixe é uma das alternativas de geração de trabalho e renda para a população do arquipélago do Guaíba, de cerca de 8 mil pessoas, segundo o IBGE, distribuídas em algumas das 30 ilhas que o formam. A maior concentração está em quatro delas: Ilha Grande dos Marinheiros, do Pavão, das Flores e da Pintada. Nessa população há um contraste entre pessoas que vivem em extrema carência e moradores ocupando mansões na beira do rio.

O Camp, que é o executor do projeto do Art'Escama, se prepara para acompanhar a população das ilhas, atuando em programas capazes de desenvolver o potencial cultural e de trabalho de seus moradores, mantendo sua identidade com o rio e com as atividades de pesca e sua capacidade de associação em grupos cooperativos para geração de renda. Já foi feito um trabalho de reconhecimento das característi-

cas da região e de seus habitantes. A observação dos técnicos na região mostrou que as ilhas têm marcas peculiares. Fazem parte de Porto Alegre, mas têm características não urbanas em função de sua relação com o rio e também por se tratar de área de preservação ambiental. Há uma população que se considera nativa e uma parte que ocupou espaço depois da construção das pontes, que aproximaram a cidade e as ilhas. Muitas famílias vivem da separação do lixo, uma ocupação que se origina no período em que a limpeza pública da cidade despejava os resíduos nessa área. Muitas ainda sobrevivem da pesca, mas esta atividade diminuiu com o crescimento da poluição dos rios e em decorrência de desastres como o que matou toneladas de peixes no Rio dos Sinos, no final de 2006. Mas a cultura ligada à atividade da pesca é bastante consolidada.

Ao levantar as características da população e seu entorno e

discutir com as pessoas suas aspirações, surgiu no ano passado a sugestão de realização da 1ª Mostra Cultural do Arquipélago, o que aconteceu em fevereiro passado, na Ilha Grande dos Marinheiros – com apresentação de música, dança e teatro – como uma iniciativa para a integração entre as pessoas por meio da cultura. Segundo Helena Bins Ely, o objetivo do Camp é acompanhar a população e estimulá-la para que suas lideranças se articulem em diversos grupos e iniciativas de geração de trabalho e renda. "A iniciativa tem que ser deles", diz Rosimar Mattos Teixeira, educadora do Camp. "Só existe desenvolvimento local se a comunidade se envolver". Para João Maurício Farias, também do Camp, o fato de se tratar de uma região de extrema fragilidade, por ser área de preservação ambiental, um banhado ameaçado pela poluição, esta mesma condição proporciona facilidade na busca de parceiros e de recursos.



## o desenvolvimento



## Artesãs da escama

Elas trabalham e montam as peças delicadas em torno de uma grande mesa na sala cedida pela Colônia de Pescadores Z-5, na Ilha da Pintada. O sol forte de verão esquentava o ambiente. Soleni Teresa dos Santos, 44 anos, dois filhos adultos, em poucos minutos arma cinco escamas rosadas em torno de uma conta, prende tudo com um fio fino de prata e está pronta uma flor. Ela é uma das artesãs que no ano passado fizeram o curso de design de jóias e agora produzem numerosas peças para um mercado ainda em formação. Soleni nasceu em Santa Maria, casou e veio para a Ilha da Pintada há 23 anos. Sempre trabalhou como doméstica e também ajudava a renda da família fazendo bordados e algum artesanato. O marido repara peças dos barcos de pesca e de passeio que ancoram na ilha. Com o curso, tornou-se uma artesã mais afiada, cria suas próprias peças e tem uma forte expectativa no sucesso do empreendimento coletivo do Art'Escama.

Como ela, outra artesã, Rosi Terezinha Santos da Silva, nascida e criada na Ilha da Pintada e mãe de quatro meninas, com idade de oito a 23 anos, e avó de um guri, já sabia lidar com as

escamas para trabalhos artesanais, mas no curso de design aprendeu outras coisas, como desenhar as peças e lidar com a solda para prender os fios de prata. "Já fui merendeira, faxineira e costureira", conta ela. "Quem tem filhos precisar ir à luta e correr atrás. Espero que este trabalho seja uma fonte de renda estável", deseja ela.

Elas ainda têm caminho a percorrer. Contando também com o apoio da Cooperativa dos Pescadores da Ilha da Pintada, o grupo ainda assim luta com dificuldades. Faltam equipamentos e também capital de giro para a compra de material. Alguns tipos de escamas vêm de outros locais – como as de miraguaia, que vêm de Rio Grande – e têm de ser compradas. "A prata tem um custo alto e pagamos a terceiros para transformá-la em fios", diz Joana Maria Flores Coelho, gerente do projeto, e diretora administrativa da Cooperativa de Pescadores. Segundo ela, ainda há dificuldades para superar – como o manejo da serra e de outros equipamentos. E elas têm trabalho pela frente: precisam formar estoques das peças já descritas em catálogo e se preparar para atender um mercado em formação.

## Desenvolvimento local no arquipélago

O CAMP está concluindo a primeira etapa do trabalho de acompanhamento de comunidades para o Desenvolvimento Local-DL, tendo como base territorial o Arquipélago de Porto Alegre/Delta do Jacuí. Espaço que engloba ao mesmo tempo grandes fragilidades ambientais (APA-Área de Proteção Ambiental e Parque Estadual do Delta) e sociais (parcela significativa de população com extremas carências).

Nesta etapa de diagnóstico estão emergindo preocupantes constatações, como: 51,78 % de um total de 7.619 pessoas (2006) tem de zero a 24 anos de idade assim mais da metade da população do Arquipélago são crianças, jovens e adolescentes.

A região Ilhas/Humaitá/Navegantes está em 2º lugar na taxa de mortalidade infantil entre as regiões do OP, com 20,4 por mil e em 4º lugar na taxa de homicídios.

O tema da juventude é alarmante e urgente devendo ser tratado por políticas públicas e pela sociedade civil, pois estão expostas ao desemprego, as faltas de oportunidades em gerar rendas, em situações cotidianas de violência doméstica, moradia nas ruas, a drogadição, ao tráfico e aos homicídios entre jovens e

outros delitos.

Já em relação aos nascimentos: 67,26 % dos nascidos vivos, são filhos de mães com menos de 20 anos, enquanto que 32,14 % dos nascidos vivos nascem com menos de 2,5 kg.

A mortalidade infantil elevada e os nascimentos com baixo peso podem estar associados à gravidez na adolescência, já que a grande maioria das mães possui menos de 20 anos de idade.

O baixo peso das crianças nascidas também pode ser um indicador de desnutrição infantil e um dos fatores que contribui para a alta taxa de mortalidade.

Por outro lado, o arquipélago apresenta potencialidades para o desenvolvimento local tanto na riqueza natural e principalmente, por estar localizado muito próximo ao centro comercial de Porto Alegre.

Até o momento as políticas públicas continuam fragmentadas e pontuais e a integração entre as lideranças também tem sido frágil para o enfrentamento na busca de construir espaços de gestão democráticos que articulem as iniciativas concretas de desenvolvimento local sustentável, em que o econômico não seja o hegemônico de todas as relações.



# Plenária Nacional da Assembléia Popular define calendário para 2007

Mais de 50 movimentos sociais e organizações integrantes da *Assembléia Popular Nacional: Mutirão por um Novo Brasil* (AP) – entre elas a Abong – definiu em sua Plenária Nacional, o calendário para 2007. Entre as grandes mobilizações programadas estão a realização do Plebiscito pela Anulação do Leilão a Vale do Rio Doce, em setembro, e da II Assembléia Popular Nacional, na primeira quinzena de outubro.

De acordo com José Antonio Moroni, integrante da diretoria executiva colegiada da Abong e do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), a Assembléia Popular é um pro-

cesso em que são realizadas, além da articulação nacional e suas plenárias, assembléias populares estaduais, municipais e locais. "O processo de construção da Assembléia Popular reúne, hoje, grandes condições de articular as diferentes forças populares do Brasil" avaliam Moroni.

## Temas conjunturais

No calendário de 2007, estão a Campanha pela redução da tarifa de energia elétrica; a Luta pela auditoria da Dívida e contra a injustiça tributária; a Campanha por Plebiscitos e Referendos; o Leilão do Petróleo; contra a transposição do Rio São Francisco; e a

Marcha pela Valorização do Salário Mínimo. "Além dessas lutas específicas, os temas e problemas conjunturais movem a Assembléia Popular na sua luta por um país que dê dignidade e promova justiça social para o seu povo", ressalta Moroni. A mudança na política econômica, a reforma do sistema político, as reformas agrária e urbana, o acompanhamento, controle e fiscalização do orçamento público são algumas das questões em pauta na Assembléia.

Com a Plenária, a Assembléia também iniciou a formação de uma coordenação nacional, que contará com um(a) representante de

cada Estado. Desta forma, pretende-se ampliar e fortalecer as várias assembléias populares que acontecem em diferentes períodos no território nacional. A realização de plenárias regionais também está na programação deste processo. "O processo de construção da Assembléia Popular é hoje o que tem mais condições políticas de aglutinar as forças populares no debate sobre um novo projeto para o Brasil, um projeto em que, realmente, os interesses populares estejam no centro. Para isso, é necessário acumular forças, articulação com as bases da sociedade e formação política" diz Moroni.

## Calendário Geral 2007 - Nacional

Este é o calendário dos movimentos populares e ongs, consolidado durante a reunião da Abong realizada em São Paulo no início de março que conclui com a realização da II Assembléia Popular que vai acontecer em outubro de 2007 em São Paulo.

### Março

1 a 8 – Visita em diversos estados brasileiros dos companheiros/as do Haiti (debates programados).  
5 a 9 - Conferência Mundial pela Abolição das Bases Militares Estrangeiras – organizado pela Rede Mundial Não Bases – Equador.

08 de março – Dia Internacional da Mulher - luta contra as transnacionais, agronegócio e modelo alimentar, organizado pela Marcha Mundial de Mulheres e Via Campesina.

8 a 13 – Jornada de luta Fora Bush da América Latina, movimentos sociais e centrais sindicais.

14 a 22 – Jornada das Águas - jornada de lutas pela revitalização do Rio São Francisco, contra a transposição em favor do desenvolvimento do nordeste.

20 – Seminário sobre Dívida Externa e Interna e Auditoria Cidadã da Dívida - São Paulo.

20 – Jornada Contra a Militarização (contra a guerra no Iraque), data indicativa.

21 e 22 – Reunião Plenária da Assembléia Popular – São Paulo

22 a 25 – Encontro Nacional dos Articuladores do Grito dos Excluídos – São Paulo.

25 - Encontro Nacional para debater as Reformas – São Paulo (Ginásio do Ibirapuera).

27 – 29 - mobilização por uma reforma políticas amplas, democráticas e participativas. Congresso Nacional, Brasília.

26 a 30 – Encontro Continental dos Povos Indígenas, Guatemala.

16 a 20 - Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID, Guatemala.

Durante o mês de março e seguintes – Organização e realização de Assembléias Populares locais, regional e estadual.

### Abril

12 a 17 – Acampamento dos movimentos e organizações em favor da Bacia do Rio São Francisco em Brasília.

14 a 15 – Reunião de primavera do Grupo Banco Mundial e FMI, Washington.

17 – Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária – Jornada de luta da Via Campesina.

- Mês dos Povos Indígenas.

- Realização de encontro de formadores nos estados (utilizando os eixos: sobre a Vale, Livre Comércio, Dívida e Direitos Sociais) como parte do processo da Assembléia Popular.

- Encontro Hemisférico dos Movimentos Sociais em Havana/Cuba.

### Maio

1º Dia do Trabalhador/a - Jornada nacional pela valorização do salário mínimo e contra o modelo neoliberal.  
25 e 26 - Plenária Nacional da Campanha contra a ALCA e OMC para aprofundar o debate sobre Integração Regional.

- Encontro nacional sobre a Vale (plenária).

### Junho

11 a 15 – V Congresso Nacional do MST

### Julho

25 – Jornada de Luta Conjunta dos Camponeses (dia do agricultor).

### Agosto

Até agosto – Realizar as Assembléias Estaduais.

### Setembro

01 a 07 – Semana da Pátria e Plebiscito sobre a Vale.

07 – Grito dos/as Excluídos/as  
10 - Jornada Internacional Contra a OMC/ Transnacionais/Agro-negócio

### Outubro

1ª. quinzena – II Assembléia Popular Nacional: Mutirão por um No-vo Brasil

12 – Grito dos Excluídos/as Continental

15 a 21 – Semana Global de Luta contra a Dívida

2ª quinzena - Semana da Democratização da Comunicação

19 a 21 – Reunião Anual do Grupo Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, Washington.

### Novembro

20 - Dia da Consciência Negra

ASSEMBLÉIA POPULAR - Secretaria Operativa

Tel. 55 11 3112 1524 / Fax. 55 11 31059702

# Plataforma da reforma do sistema político brasileiro

Democracia é muito mais que o direito de votar e ser votado. É preciso democratizar a vida social, as relações entre homens e mulheres, crianças e adultos, jovens e idosos, na vida privada e na esfera pública e as relações de poder na sociedade civil. Democracia é muito mais que apenas um sistema político formal e a relação entre Estado e sociedade, é também a forma como as pessoas se relacionam e se organizam. Radicalização da democracia, para enfrentar as desigualdades e a exclusão, promover a diversidade e fomentar a participação cidadã. Esta é a síntese da proposta para reforma do Sistema Político Brasileiro que a Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e mais 60 participantes, representando 21 estados de diversas organizações, redes, fóruns, movimentos e articulações estão apresentando a sociedade brasileira para debate.

Publicamos abaixo um resumo do documento que pode ser encontrado na sua totalidade em [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br).

## Reforma

Uma reforma efetiva do sistema político brasileiro vai muito além da reforma do sistema eleitoral em tramitação no Congresso Nacional. Deve ser mais ampla, ultrapassando a vida partidária dando uma centralidade maior a participação popular nas decisões políticas e econômicas. A política não é monopólio exclusivo de políticos eleitos e nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade.

Outra condição imprescindível da democracia brasileira é a definição de uma nova regulamen-

tação das formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular). A atual não só restringe a participação, como a dificulta. A ampliação das regras sobre plebiscito e referendo é necessária para que a participação popular nas decisões políticas seja efetiva e não meramente simbólica.

Nesse sentido, propõe-se a instauração de um **sistema de democracia direta**, conjugado com os instrumentos e mecanismos repre-

sentativos e participativos já existentes.

## Propostas

- **Regulamentação e ampliação dos mecanismos de democracia direta prevista na Constituição Federal** como plebiscitos, referendos e iniciativa popular.

- **Participação na definição das prioridades de pauta do Congresso Nacional e demais Câmaras Legislativas.** O direito da população em participar na definição das prioridades das pautas legisla-

tivas. O primeiro ato de cada sessão legislativa (início do ano) deve ser a convocação de audiência pública ou assembléia popular para definição da pauta.

- **Financiamento público das campanhas eleitorais exclusivamente com dinheiro público.** Doações de pessoas físicas e empresas são proibidas e sujeitas a punição tanto para o candidato que receber como quem doar.

- **Democratização da informação e da comunicação.**

O direito à comunicação é um dos pilares centrais de uma sociedade democrática. Assumir a comunicação como um direito fundamental significa reconhecer o direito de todo ser humano de ter voz, de se expressar.

Hoje no Brasil, apenas nove famílias controlam os principais jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

A comunicação, numa sociedade democrática, pertence ao povo. Seu espaço é necessariamente público e o único poder legítimo para regular suas práticas emana da coletividade, que é quem deveria decidir sobre as questões relacionadas ao tema.

**Criação de um Sistema público de comunicação** conforme determina a Constituição de 1988, prevendo a complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de comunicação.

**Controle público da propriedade dos meios de comunicação.** O combate à concentração da propriedade é chave para a democratização da Comunicação no Brasil. Um exemplo de controle de propriedade é a proibição que um mesmo grupo monopolize diferentes meios de comunicação.



## A identidade

Quando se fala em cidadania, justiça social, reforma agrária, democratização, diversidade, economia solidária, outro mundo possível você pode contar com a CASANOVA FILMES.

## A qualidade

Também temos muito a ver com o conceito de competência técnica, de alta qualificação na produção, captação e finalização de imagens para os mais diversos objetivos: filmes institucionais, publicidade, reportagens, produção de conteúdo em ficção, documentários e programas para televisão. Um padrão de qualidade profissional atestado através de tantos prêmios recebidos.

**CASANOVA**  
FILMES

Rua Corrêa Lima, 725 - CEP 90850-250 - Porto Alegre/RS

Fone/fax (51) 3231.6444 - [www.casanovafilmes.com.br](http://www.casanovafilmes.com.br)

[casanova@casanovafilmes.com.br](mailto:casanova@casanovafilmes.com.br)

# CAMP 24 anos de luta solidária

Dia quente e abafado, numa sala de aula do Colégio Rosário, no dia 27 de março de 1983, jovens, religiosos, sindicalistas e ativistas dos movimentos sociais rurais e urbanos reuniram-se para fundar o CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional, o multiprofissional "era para despistar, não dar muita bandeira para a ditadura" que embora no seu final, ainda pegava pesado com os movimentos sociais e oposições sindicais, contra todos aqueles que lutavam por um país mais justo e democrático.

Criado para apoiar a construção de instrumentos de organização dos trabalhadores urbanos e rurais, auxiliar na qualificação das suas lutas e na capacitação das suas lideranças e dirigente – o CAMP nesses 24 anos de boa luta esteve presente na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Central dos Movimentos Populares, na organização autônoma na base dos trabalhadores urbanos e rurais.

Nesta caminhada, o CAMP viu o Brasil e o mundo mudar e mudou também. Reestruturou-se para acompanhar as mudanças dos movimentos sociais e dos trabalhadores e hoje a entidade contribui na construção de projetos de desenvolvimento regional.

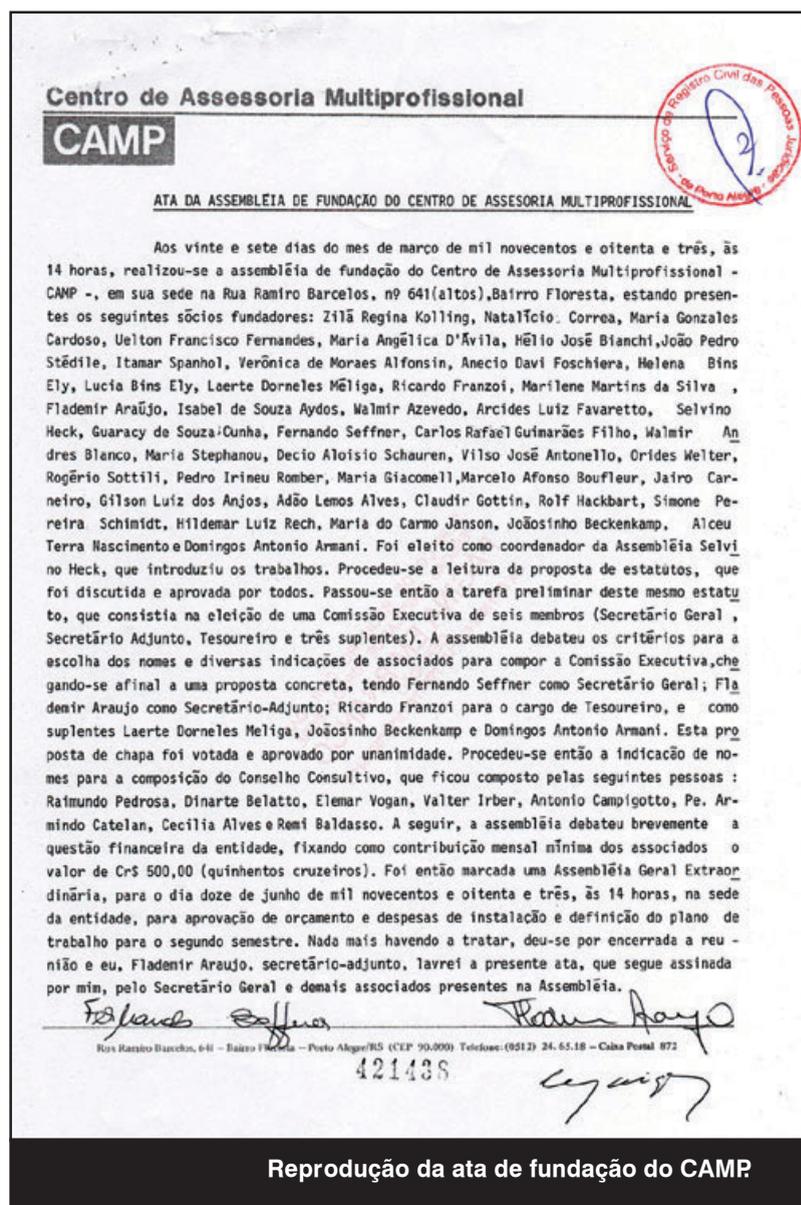
Não só o Estado e as instituições oficiais têm a tarefa do desenvolvimento, mas todas as

organizações e os movimentos sociais podem e devem contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento social e econômico, sustentável economicamente e socialmente justo.

Para marcar esta caminhada o CAMP vai promover, mensalmente até o final do ano, às 8:30h um café para convidados. Serão encontros com um ou dois convidados que tratarão de temas atuais, econômicos, sociais, políticos, de participação popular, etc. Para participar - serão 15 vagas de convidados por evento - é só ligar ou enviar um e-mail pro CAMP. Estes são os nossos primeiros palestrantes:

- **Dia 2 de abril, Cláudio Nascimento, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) que vai falar sobre empresas recuperadas e a Cooperativa Girasol sobre consumo consciente.**
- **Dia 30 de abril, o economista e professor, José Antonio Fialho Alonso vai abordar o tema a crise do Rio Grande do Sul.**
- **Dia 30 de maio, a socióloga e educadora, Maria Clara Bueno Fischer, com educação e trabalho.**
- **Dia 25 de junho, o ex-secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Arno Augustin vai falar sobre finanças pública e a crise do estado gaúcho.**

Esperamos por você.



# Jogar jovens na cadeia de adultos não resolve violência, dizem especialistas.



A morte brutal do menino João Hélio Fernandes, no Rio de Janeiro, trouxe de volta a discussão sobre a redução da maioridade penal, hoje estabelecida em 18 anos pela Constituição Federal. “Ele só vai ficar três anos preso para depois sair e matar outro João”, disse emocionada a mãe do menino, referindo-se ao único menor de idade entre os cinco que praticaram o assalto. A cobertura da imprensa endossa a indignação da população e passa também a exigir mudanças na lei que regula a reponsabilização dos jovens. “Em vez de descrever a situação e problematizá-la, ouvido opiniões para que as pessoas possam formar seu ponto de vista, a mídia fica tentando dar respostas, numa linha superficial e medíocre”, afirma Pedrinho Guareschi, professor da área de psicologia social da PUC do Rio Grande do Sul e pesquisador em comunicação social. “Sempre que se apela para a emoção e sensacionalismo, o resultado tem uma conotação fascista”, diz ele, advertindo para o caráter educativo que cabe à imprensa. “Está na Constituição”, diz.

Para Valério Cruz Brittos, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, a cobertura dos fatos que evidenciam a violência existente na sociedade segue o modelo geral de divulgação da indústria da cultura, que é um modelo capitalista. “Acon-

tece um episódio de extrema violência como esse e a mídia passa a cobrir tentando obter respostas muito rápidas e assumindo um espírito julgador”, diz Brittos. Esse comportamento, segundo ele, não está descolado da sociedade. “Os problemas não estão na mídia porque a mídia lida com a própria forma de ver da sociedade”.

Enquanto a imprensa repercute a emoção popular, autoridades e especialistas na área precisam ter cautela em suas decisões. “O governo acolhe o debate, ouve espe-

cialistas, escutas”, diz Carmem Oliveira, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. “Mas nosso entendimento, com base na experiência de outros países, é que a redução da maioridade penal não resolve a violência juvenil”. Essa mudança, além de infringir a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da ONU, da

qual o Brasil é signatário, significaria entregar adolescentes infratores a um sistema penal falido como é o brasileiro. Significaria também superlotar ainda mais as cadeias, já que dos 15 mil jovens internados hoje em instituições sócio educativas, 11 mil têm 16 anos.

Com a aplicação da justiça instantânea prevista no ECA, o adolescente tem mais chance de ser responsabilizado por seus atos do que o adulto. Além disso, ao contrário do que a sociedade acredita, o jovem é muito mais vítima do que autor de crimes,

na proporção de 10 para 1. As estatísticas policiais mostram que 48 adolescentes são assassinados por dia no Brasil, o que significa que a cada três anos há perdas equivalentes a uma guerra do Vietnã, que durou 12 anos. “Não existe nenhuma mobilização social em relação a esse jovem assassinado”, adverte a especialista.

O crescimento da violência no país vem se acirrando desde a década de 70 com o aumento da concentração urbana. Na época, menos da metade da população brasileira vivia nas cidades. O último censo, em 2000, mostrou que, dos 169,8 milhões de brasileiros, 137,9 milhões moravam em áreas urbanas e apenas 35,8 milhões nas zonas rurais. Falta de investimentos públicos em infra-estrutura, educação, habitação e saúde, além da concentração de renda, sucessivas crises econômicas e redução dos empregos igualmente pressionam a população. Além disso, houve um “boom” de nascimentos na metade dos anos 80, que foi chamada de “onda jovem demográfica”. “Qualquer nação mais cuidadosa deveria ter percebido isto como uma sinalização de que em 15 anos haveria uma geração de jovens necessitando de saúde, escola, empregos”, diz Carmem. “Mas apenas há quatro anos começamos a falar em políticas públicas para a juventude”.

Credisol,  
o caminho  
do crédito  
popular



Pça. Pereira Parobé, 130/9º andar  
Centro - Porto Alegre/RS  
CEP 90030-170  
51 3023 4440  
www.credisol.com.br  
credisol@credisol.com.br

# Orçamento Participativo perde espaço na Prefeitura de Porto Alegre

O que estava bom, ficou ruim. E o que já era ruim, tornou-se ainda pior. É nesta situação – exatamente oposta ao que prometia o slogan utilizado pela coligação que conquistou a Prefeitura de Porto Alegre, nas eleições de 2004 – que encontram-se hoje em dia os serviços e as demandas básicas da cidade. A avaliação é de quem acompanha há muito tempo, e bem de perto, tanto as relações das comunidades com a Prefeitura quanto o modo como a vontade popular é respeitada – ou não – pelo poder público. Na opinião de Irma Miranda da Rosa, conselheira da Região Nordeste do Orçamento Participativo (OP), líder comunitária e presidente da Associação de Mães da Região, há um grande atraso não só na conclusão das obras e serviços decididos pela população, mas também na análise técnica das demandas dentro da Prefeitura.

“Acho que há falta de experiência dos técnicos de agora, misturada com o pouco entrosamento que existe entre as secretarias”, diz ela. “Até tem gente que fala que são 12 prefeituras diferentes em Porto Alegre, porque cada partido que faz parte deste governo parece que puxa para o seu lado e não para o bem de todos”. Para a conselheira do OP, “falta integração na Prefeitura, e a população é que paga por este rebuliço”. A análise de Irma – militante do Orçamento Participativo desde 1998 – integra-se a um sentimento comum a quem tenta entender os motivos do esvaziamento das decisões da população na administração de Porto Alegre.

## Todo apoio à Governança

A verdade é que hoje, passados dois anos do início da gestão de José Fogaça, o OP – que projetou a capital gaúcha e o próprio Rio Grande do Sul para o mundo todo, como exemplo inovador de controle popular sobre os recursos públicos – sofre um esvaziamento mudo, a partir da alta cúpula do governo municipal. Este vem preferindo colocar todas suas fichas, e cada vez mais recursos,

na chamada Governança Solidária Local (GSL).

Não se trata de impressão subjetiva: o próprio site da Prefeitura mostra, na Matriz Orçamentária 2007, a destinação de R\$ 20.647.044,00 ao Programa Governança Solidária Local. Enquanto isso, o histórico Orçamento Participativo foi contemplado com apenas R\$ 1.831.470,00 – menos de 10% do que recebe o GSL, criado na atual gestão municipal. Mas, segundo o titular da Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL), Cezar Busatto, “a Governança é um complemento que fortalece o OP, e não uma alternativa ou contraponto a esse processo”.

Ele explica: “Os princípios fundamentais da GSL são respeito à pluralidade, diálogo e construção de consenso, de forma que a partir deste ambiente democrático seja possível a união de esforços, energias e recursos para a formação de uma comunidade de iniciativa e projeto”. Deste modo,

conforme a elaboração de Busatto, “a visão de futuro e a resolução de problemas imediatos é construída não a partir das nossas diferenças, e sim a partir daquilo que nos une”.

## Despolitização dos espaços

A socióloga Daniela Tolfo, há quatro anos atuando no Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (Cidade), ong que acompanha de perto a trajetória do Orçamento Participativo de Porto Alegre desde sua implantação, em 1989, avalia que a GSL é uma iniciativa que pretende sim, a longo prazo, substituir o OP. “Eles agregam outros atores ao processo de decisão e participação – como igrejas, entidades, Ministério Público, sindicatos – e especialmente as grandes empresas”, enumera Daniela. “Mas ao contrário do que ocorre no processo do orçamento participativo, aqui termina havendo uma despolitização dos espaços, e o papel do governo fica minimizado, como mero mediador”.

Não são poucos, dentro do OP, que reconhecem nestes movimentos – despolitização, a “busca de consensos”, o esvaziamento da importância do governo e a entrega de todo o processo na mão dos setores mais influentes da sociedade, como as empresas – uma orientação neoliberal. “Claro que o discurso de desideologização que o pessoal da Governança gosta de repetir é ele mesmo completamente ideológico”, lembra a socióloga. Por isso, diz, “há muito enfrentamento entre o pessoal do OP e o da Governança”. Não faltam motivos concretos para isso – como mostra a imensa diferença de recursos destinados a um e a outro dos programas.

Na avaliação de Busatto, um bom exemplo de que a GSL é eficiente quando há “união de energias em prol de um objetivo comum” é o de uma creche demandada há vários anos no OP, pela comunidade da Região Nordeste, e que agora foi concluída e encontra-se em pleno funcionamento.



## a participação

“Isso foi possível porque conselheiros e delegados daquela região atenderam ao chamado da comunidade e uma ação de governança solidária foi posta em prática. Ali, o poder público, comunidade local, iniciativa privada firmaram o compromisso de colocar para funcionar a creche da Timbaúva”, proclama. De fato, esta conquista vem sendo apregoada inclusive em propagandas da Prefeitura na TV. Mas, na avaliação da ong Cidade, dentro do quadro geral de demandas e obras que Porto Alegre precisa, os frutos da GSL ainda não muito poucos.

### Prioridade às áreas nobres

“O que se nota é que houve uma mudança de enfoque e de prioridades no atendimento das necessidades da cidade”, analisa a socióloga. “Pode se ver isso claramente com a questão da pavimentação, que ao longo da história do OP sempre foi direcionado principalmente para as periferias e regiões mais necessitadas. Agora, a grande maioria das obras de pavimentação está direcionada para o Centro e as áreas nobres da cidade, como Moinhos de Vento, Petrópolis, Praia de Belas – sem que essa decisão tenha passado pelo Orçamento Participativo”.

O vereador petista Adeli Sell, líder de seu partido na Câmara Municipal e ex-secretário municipal, é taxativo. “Sobre essa questão da participação do empresário nas melhorias da cidade, apregoada pela Governança Solidária, não vejo novidade nenhuma. Sempre tivemos essa prática, nos 16 anos de governo da Frente Popular em Porto Alegre. Um exemplo é o Carrefour da Zona Norte, que se instalou na região mas construiu uma creche para os filhos dos moradores carentes e ainda constituiu um fundo de ajuda às micro e pequenas empresas de lá”. Ainda assim, ele admite que talvez tenha faltado às administrações da Frente Popular, nos últimos anos, seguir aperfeiçoando o processo do OP, como já tinha acontecido quando juntaram-se as plenárias temáticas ao processo das assembleias regionais.

### Ausência de serviços básicos

“O problema mesmo é que a atual gestão municipal está

precarizando todas as principais atividades e serviços básicos da cidade”, alerta. “Temos sérios problemas de limpeza pública, a capina praticamente não existe mais, moradores de rua aumentam diariamente e a exploração sexual infanto-juvenil cresce sem controle”, cita Adeli. Ele aponta ainda o aumento da crise na saúde do município, setor onde “houve uma queda notável no atendimento”. “O Postão de Saúde da Cruzeiro do Sul está caindo. Há goteiras, azulejos e pisos quebrados, pessoas dormindo nos corredores, a casa mortuária está funcionando ao lado de um refeitório... Olha, se a fiscalização da Vigilância Sanitária da própria Prefeitura fosse lá, interditava o posto”, resume.

Já o historiador Tarson Nuñez, diretor da ONG Usina – Instituto de Políticas Públicas e Gestão Local, e ex-coordenador do Gaplan – Gabinete de Planejamento, durante a gestão de Tarso Genro, entende que “um núcleo central do atual governo tem compromisso sincero com a manutenção do OP, mas está claro que este processo de participação popular não estrutura mais as ações da Prefeitura, e a sinalização política hoje em dia passa longe do orçamento participativo”.

Como exemplo, arrola grandes projetos já anunciados com estardalhaço pela Prefeitura – como o “camelódromo aéreo”, ao lado do Mercado Público, e os “portais da cidade” (termi-

nais de ônibus longe do centro) – que sequer chegaram a ser debatidos dentro do OP. Nuñez acredita também que a GSL poderia sim trazer acréscimos úteis ao processo de participação, ao pretender integrar outros setores sociais ao debate da cidade, ao abrir a porta a recursos não só do orçamento municipal e ao contribuir com uma visão de maior alcance para cada região.

### Alto custo político

No entanto, diz que na prática a realidade é outra: “A gente vê que o governo dá toda a força à Governança e cada vez menos ao OP”. Mesmo assim, observa que prefeito Fogaça e o secretário Busatto – “que vivem viajando pelo mundo para dar palestras sobre esse processo” –, sabem que o Orçamento Participativo trouxe um enorme prestígio internacional a Porto Alegre, e que terminar com o OP – como querem outros setores da Prefeitura – teria um custo político muito elevado. “Não acredito que eles acabem com o OP, que continua sendo apoiado pela grande maioria dos portoalegrenses, inclusive aquela parte da popula-

ção que não participa dessas discussões”.

O certo é que a imagem de um OP cada vez mais enfraquecido e respirando com a ajuda de aparelhos até o fim desta gestão, não é aceita passivamente por seus conselheiros e delegados. “Mesmo com os atrasos, temos que continuar realizando plenárias e seguir demandando, pois o OP é uma enorme conquista do povo”, defende a conselheira da Região Nordeste Irma Miranda da Rosa. “Agora nós queremos chamar um fórum regional extraordinário para que a Prefeitura nos explique porque as análises técnicas estão tão demoradas, e por que motivo não podemos mais acompanhar o debate das demandas. Está faltando transparência”.

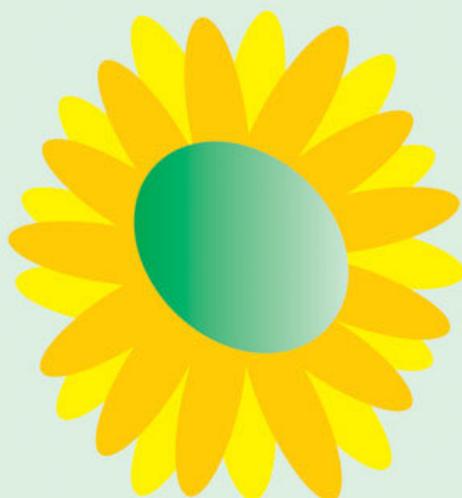
### Os números da participação popular

2004 (Governo Verle) – 13.300 participantes  
2005 (Governo Fogaça) – 14 mil participantes  
2006 (Governo Fogaça) – 11 mil participantes

### Recursos na Matriz Orçamentária 2007

Governança Solidária Local – R\$ 20.647.044,00  
Orçamento Participativo – R\$ 1.831.470,00

De acordo com os Planos de Investimento de 2005 e 2006, das 335 demandas do biênio, apenas 27 (8%) foram aprovadas. Das 141 demandas de 2005, foram atendidas apenas 24 e das 194 de 2006, foram concluídas apenas 3.



Cooperativa  
**GiraSol**  
COMÉRCIO JUSTO E CONSUMO CONSCIENTE

**Como fazer parte da rede ou adquirir produtos** - através do endereço da GiraSol na Internet: [www.coopgirasol.com.br](http://www.coopgirasol.com.br), pelo email [coopgirasol@gmail.com](mailto:coopgirasol@gmail.com) ou pelo fone (51) 8449-4778.

Nosso endereço: Praça Piratini, 141 - Santana - Porto Alegre-RS (em frente ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos).

# O fim do pampa gaúcho



A preocupação e ação das mulheres da Via Campesina realizada no dia 8 de março deve ser elogiada. Ela foi contra a agressão representada pelas plantações de eucaliptos na Metade Sul do Estado. Além de uma mudança radical no genoma do Pampa Gaúcho, as multinacionais pretendem atingir a área de um milhão de hectares, existe a poluição dos cursos d'água e do ar que será realizada pelas fábricas de celulose previstas para os próximos anos.

A Stora Enso, a Votorantin, a Boise Cascade e a Aracruz Celulose já adquiriram 400 mil hectares, uma área cinco vezes maior do que o município de São Borja e não escondem a intenção de chegarem a um milhão como já disseram para a governadora Yeda Crusius. Este projeto mascarado de desenvolvimentista além de poluidor, destruidor da paisagem, é altamente anti-social. Pois ele é concentrador da propriedade e da renda.

Só na área já ocupada daria para assentar 16 mil famílias de camponeses e no total previsto, 40 mil famílias em lotes de 25 hectares cada um que poderiam ser aproveitados para a produção de alimentos. Como se vê trata-se de continuar a praga do latifúndio na Metade Sul do Rio Grande.

Estas empresas vieram para cá por causa do aceno feito pela classe dominante através do governo anterior e confirmado pelo atual projeto para o nosso Estado. É contra toda a lógica do desenvolvimento sustentável que vinha sendo implantada e discutida pela sociedade. Até o projeto de Turismo no Pampa que vinha sendo desenvolvido termina, pois a paisagem que era o seu grande eixo será modificada radicalmente.

Não, é por acaso que as entidades ambientalistas não estão sendo consultadas na tomada de decisão e nem o resto da sociedade. Somente a Farsul e Flossul, entidades que representam o que de mais conservador existe em termos de estrutura social tiveram a palavra ouvida pelas autoridades. Pois sua prática conservacionista em relação à natureza é lamentável. Primeiro envenenam o solo e agora tentam mudar a paisagem. Em nome de um crescimento econômico cujo custo social e ambiental é questionável.

Ao assinar o acordo sobre o álcool com Bush, o presidente Lula colocou o Brasil no risco de se tornar um imenso canavial. Quem afirmou isso foi o agrônomo Eduardo Assad, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-

pecuária (Embrapa), durante um encontro de ambientalistas no Rio de Janeiro. Lembrou que com a transformação do álcool em commodity supervalorizada os agricultores esquecerão a vocação dos solos e todo o país poderá transformar-se num imenso canavial.

Dois desertos verdes, um de cana no Cerrado e talvez até na Amazônia e outro de eucaliptos e pinus na Metade do Sul do Rio Grande do Sul. No último caso já ameaçam o fim do genoma pampesano. E isto é uma ironia. Pois há três anos, um ex-presidente da AGAPAN, latifundiário de nascença e ambientalista de carteirinha, Celso Marques, publicou num jornal do interior que a reforma agrária era uma ameaça ao genoma do pampa. Hoje a história mostra o contrário.

Os agricultores assentados em Pedro Osório, depois de um intenso debate interno, retiraram os eucaliptos que haviam plantado em parceria com a empresa Votorantim. Sua preocupação: preservar o ambiente sem pensar no lucro fácil. Os universitários e professores da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) também realizaram um protesto contra a plantação de eucaliptos para alimentação de fábricas de

celulose na região. Segundo eles, isto trará, não somente o desemprego, mas um desequilíbrio muito grande no ambiente comprometendo inteiramente a paisagem.

No Nordeste da Argentina, próximo a fronteira, na província de Corrientes, grupos chilenos e americanos estão comprando grandes extensões de terras para a plantação de pinus. Porém o povo correntino já iniciou uma luta de resistência. Ameaçados com a instalação de uma papeteira 40 quilômetros acima no Rio Uruguai, habitantes de Santo Tomé reagiram incendiando a hacienda (casa da fazenda) do intendente municipal que autorizou a venda de 15 mil hectares para o plantio de pinus.

Em Uruguiana, correntinos e gaúchos, fizeram uma aliança de entidades ambientais para lutar contra este zoneamento feito pelo neoliberalismo que transforma o pampa úmido num grande depósito de lixo resultante da produção de papel e celulose.

As empresas estão preocupadas tão somente em arrumar créditos de carbono determinados pelo protocolo de Kioto para compensar o estrago que já causaram ao ambiente e à atmosfera em seus locais de origem. Ou alguém tem alguma dúvida?

Acho que devemos refletir bem sobre o que isto representa para as gerações futuras. O capital vem destruindo a Amazônia com o desmatamento e o extermínio de suas populações originais e sua biodiversidade. Já havia destruído praticamente todo o resto da paisagem do País (cerrado, mata de araucária, mata atlântica) para produzir grãos para o hemisfério norte. Desta forma aumentou o efeito estufa e acentuou as mudanças climáticas. Agora se volta para a formação de desertos verdes que são as monoculturas de árvores exóticas para a produção de papel e celulose.

Por isso devemos aplaudir a coragem destas mulheres camponesas no dia em que as mulheres do mundo inteiro comemoram suas lutas contra a dominação econômica e de gênero (sexual). Elas mostram sua face de lutadoras e defensoras de seus descendentes.